



# A universidade como instituição de defesa do conhecimento

Gláucia Campregher\*

Um povo não é um amontoado de pessoas, um “montão” de gente. Só quando as partes desse montão se identificam umas às outras, só quando criam os próprios elementos que servirão a essa identificação, é que se tem um povo. Só nos constituímos enquanto povo ao construirmos um patrimônio comum feito de elementos os mais variados. Uma língua comum, mitos que nos contem histórias comuns (por exemplo, sobre nossas origens e o sentido de nossas existências), crenças nos mesmos deuses, instrumentos musicais de certos tipos, esportes que jogamos com mesmas regras e objetivos, danças que dançamos de determinados modos em determinadas festas e rituais, e até armas que usamos em conflitos que julgamos justificarem seu uso. Cada elemento desses tem um corpo material – é objeto de trabalho – e uma intenção social – é objeto de desejo. Cada um desses (e tantos milhares de outros) é produzido a partir de coisas físicas e também de valores morais. Da palavra à espada, esses elementos carregam ideias e ideais. Quanto mais um povo tem noção desse processo de produção de si mesmo através da produção desses elementos todos, mais esse povo é capaz de criar uma nação. E isso mesmo que essa produção se dê de modo conflituoso entre as partes, ou seja, mesmo que essa produção se dê a partir de sacrifícios e ganhos desproporcionais... Mesmo assim, ou até por isso, muitos povos criam ideias e ideais tão poderosos; os produtos de sua cultura caminham distâncias e eras. Esses povos

vão além da criação de uma nação, criam uma verdadeira civilização.

Ao longo da história dos humanos sobre a Terra, os povos que se quiseram mais fortes e longevos acharam por bem cuidar da educação de suas crianças e jovens de um modo, digamos, institucional. Não bastava que os velhos passassem adiante oralmente os mitos comuns; não bastava que artesãos, caçadores, religiosos, guerreiros ensinasse aprendizes escolhidos a dedo. Escolas seriam necessárias. Muito cedo, os espaços constituídos para o ensino do que se sabia começaram a desenvolver discussões que colocavam em xeque os conteúdos pretensamente sabidos e também os métodos que eram usados na procura do saber. Em muitas culturas, nos espaços que se vieram chamar depois de escolas e universidades, a dúvida não era pra ser só aceita, mas incentivada. A contestação não era pra ser só disputa, mas ensejo à investigação. Desconheço um povo que tenha se tornado forte, uma cultura que tenha se tornado duradoura, que não tenha criado universidades, que não as tenha dotado de recursos materiais, liberdade de pensamento e respeito social.

O conhecimento e a pesquisa seguindo livres, sem comprometimento imediato com este ou aquele interesse particular (ainda que se possa estrategicamente colaborar com interesses particulares quando justificados frente ao público), possibilitam à sociedade criar mais e melhores bens e mais e melhores valores. Os bens satisfazem as necessidades do estômago e da fantasia. Os valores questionam até que ponto a boa vida se resume a essa

satisfação. E também até que ponto a concentração desses bens nas mãos de uns poucos é prejudicial à reprodução do todo. Assim, se a universidade ajuda as sociedades a criarem prédios e remédios, também as ajuda a questionar. Além disso, sejam as coisas mais concretas, sejam os valores e conceitos mais abstratos, as universidades os ajudam a criar, desenvolvendo as capacidades humanas necessárias à sua produção. O desenvolvimento de capacidades é tão importante que chega a ser prejudicial a um povo ser muito bem dotado de um recurso natural que todos almejem e a eles pouco custe. Os economistas chegam a chamar de “doença” essa riqueza que vem demasiado fácil. Se o nosso petróleo, por exemplo, estivesse muito à superfície, a nossa engenharia não teria se desenvolvido tanto e não teria levado consigo outras áreas de conhecimento a se desenvolverem.

Mas criar e desenvolver conhecimentos e capacitações, mais ou menos diretamente aplicáveis à produção tanto de riquezas como de ideias que questionem o que é a verdadeira riqueza, não é tarefa fácil. Acima de tudo, os conhecimentos que se impõem o conseguem por meio de discussões abertas, ainda que ordenadas. Não se ganha discussão alguma no grito. Não se valida um argumento sem convencimento. Não se convence pela força. “Achologia” não é ciência. Ideologia não é ciência, ainda que possa ser pensada cientificamente. Talvez isso seja o melhor que as universidades têm a ensinar às sociedades que as criam. O ensinamento de que o conflito entre ideias não é só possível como necessário.

Hoje, a universidade como instituição de defesa e promoção do conhecimento vem sendo atacada no Brasil. Os esforços de décadas para colocarmos as nossas universidades a serviço da sociedade, e mais e diversos membros da sociedade dentro das universidades, vêm sendo postos fora. Os ensinamentos produzidos por gente que pesquisa e reflete profundamente, que discute e valida em meio à crítica seus argumentos, mesmo aqueles que conquistaram consenso universal – como os do valor da democracia, da forma da Terra ou das evidências acerca do aquecimento global –, estão sendo atacados. Mas o ataque mais preocupante não é sobre essa ou aquela verdade estabelecida, mas contra a essência mesma da universidade de promover a reflexão séria e cuidadosa, seja dirigida para questionar velhas verdades, seja para produzir novas. Não é verdade que as universidades despejem verdades, elas as constroem com muito custo e por meio de muitas discussões. Nelas, uma opinião só é digna de ser discutida se balizada por uma reflexão orientada e fruto de pesquisas amplas e cuidadosas, não da experiência particular do “dono” da opinião. Isso não significa negar ao cidadão comum o direito de participar de uma discussão, mas de capacitá-lo para tanto. As universidades a serviço de um povo com projeto de nação sabem bem disso e estão aptas a essa missão.

\*Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS

